



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação da Pauta nº 1, de 2007.

Apreciação das atas das seguintes reuniões: 11ª reunião extraordinária, realizada nos dias 5, 6, 11 a 14 e 20 a 21 de dezembro de 2006; reunião de instalação e eleição da Mesa Diretora da Comissão.

Havendo concordância do Plenário, fica dispensada a leitura da ata, por terem sido distribuídas antecipadamente.

Não havendo discussão, e conforme o estabelecido na alínea "f" do art. 8º do Regulamento Interno da Comissão, declaro as atas aprovadas.

Aviso:

"Reitero a solicitação feita na semana passada.

Conforme disposto no art. 17 e no § 1º do art. 19 da Resolução nº 1/2006-CN, hoje, 20 de março, é o prazo final para indicação das seguintes relatorias: (...)"

Vou ler o aviso completo. Naturalmente ele vai se aplicar àqueles casos em que não houve indicação. Em seguida, vou ler os Relatores já indicados:

"(...) Relator-Geral, Relator da receita e os Relatores Setoriais do Projeto de Lei Orçamentária para 2008, os Relatores dos projetos de lei do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Relator das contas prestadas pelos Chefes de Poder Executivo, além das suas próprias, as de Presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e dos Chefes do Ministério Público.

Esta data também é o prazo final para indicação dos membros e coordenadores dos seguintes comitês: comitê de avaliação, fiscalização e controle da execução orçamentária; comitê de avaliação da receita; comitê de avaliação das informações sobre as obras e serviços com indícios de irregularidades graves e comitê de exame da admissibilidade de emendas.

Solicito a indicação por parte de Líderes partidários dos Parlamentares representantes das respectivas Lideranças na Comissão."

Feito o aviso, vou passar a ler as indicações que já ocorreram.

PR: Deputado Wellington Roberto.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, indicado para Relator de qual Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Representante do Colegiado.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Ah, sim, como Líder, então?

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Sim.

PSDB: Deputado Eduardo Gomes.

PFL: Deputado Eduardo Sciarra.

PDT: Deputado Giovanni Queiroz.

Do Senado:

PMDB: Senador Wellington Salgado.

PT: Senador Augusto Botelho.

PTB: Senador Sérgio Zambiasi.

PDT: Senador Jefferson Péres.

Não indicaram: na Câmara, PMDB, PT, PP, PTB, PSC, PPS, PSB, PCdoB, PMN, PAN, PV, PSOL; no Senado, PFL, PSDB, PR e PSB, assim como a Liderança do Governo no Congresso Nacional.

Mais uma vez, até por uma questão de tolerância, não vou aplicar imediatamente a Resolução nº 1/06, pela qual hoje, encerrado o prazo de indicação, esta Presidência faria a indicação dos Relatores. Entendo que essa é uma função de cada Liderança partidária e não desta Presidência. Não queremos aproveitar o que está explícito na Resolução, para suprir o atraso das Lideranças em se manifestar para cumprir uma função que entendo ser da Liderança da bancada.

Para que o prazo não se encerre efetivamente, proponho a suspensão desta reunião até quinta-feira, prazo suficiente para as Lideranças faltantes indicarem os seus representantes.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Comunico que o PT da Câmara Federal indicou para Relator do Orçamento o Deputado José Pimentel. Aliás, a indicação foi lida aqui, na última reunião. O partido também indicou para Relator do PPA o Deputado Vignatti e para Relator do PLDO o Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Sr. Presidente, até para apressar a indicação dos partidos, proponho uma reunião com todos os Líderes, a fim de definir o critério de escolha dessas relatorias setoriais. Já temos aqui o critério, mas precisamos indicar, ver qual partido de qual Casa vai escolher. Até para que possamos nos reunir na quinta-feira, sugiro que amanhã ou antes da reunião de quinta-feira definamos como se dará a escolha.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Deputado, já expedimos ofício desde a semana passada que responde inteiramente a essa sua preocupação. As Lideranças já estão de posse desse ofício.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Conheço o ofício, Sr. Presidente. Estou fazendo referência a que os partidos farão as escolhas, e como elas são seqüenciais, só vou saber a minha escolha a partir do momento em que os outros que me antecederem forem fazendo suas escolhas. Precisamos fazer uma reunião para isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Essa é a norma. Como não houve ainda manifestação, estamos diante dessa situação. Estamos dilatando o prazo, por meio de uma prerrogativa regimental, suspendendo a realização desta reunião, a fim de não quebrar o prazo, até a próxima quinta-feira. Espero que na próxima reunião já estejamos com todas essas indicações feitas.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Sr. Presidente, quero apenas lembrar que, de qualquer forma, vamos precisar fazer uma reunião para definir essas escolhas das sub-relatorias. E evidentemente não será numa reunião do Plenário, e, sim, dos Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Claro, já estamos expedindo correspondência para a realização de uma reunião amanhã, às 14h30min, com esse objetivo.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Ótimo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Está suspensa a presente reunião até quinta-feira, às 10 horas.

(Suspensa a reunião)

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Solicito aos integrantes da Comissão que ocupem seus lugares na bancada. *(Pausa.)*

Havendo o comparecimento legal, declaro reiniciada a 1ª Reunião Ordinária desta Sessão Legislativa Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação da Pauta nº 1/2007.

Convido o Deputado Pedro Novais a atuar como Secretário da Comissão, para a leitura do expediente. *(Pausa.)*

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, quando for oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Peço ao Senador Antônio Carlos Valadares que aguarde a leitura do expediente, e a palavra lhe será dada.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Resultado da 1ª Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO, realizada ontem, dia 23 de março de 2007, às 16h.

1) Designação dos Relatores Setoriais para a Proposta Orçamentária para 2008, em cumprimento ao disposto no art. 17 da Resolução nº 1/2006-CN.

Proposta Orçamentária para 2008.

Relator-Geral: Deputado José Pimentel (PT/CE).

Escolhas das Relatorias Setoriais.

Câmara dos Deputados e Senado Federal.

1ª prioridade de escolha: PMDB.

Escolha: Área Temática I - Infra-Estrutura

2ª prioridade de escolha: Bloco Parlamentar PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTD/ PTdoB.

Escolha: Área Temática II - Saúde

3ª prioridade de escolha: PFL.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Escolha: Área Temática V - Planejamento e Desenvolvimento Urbano

4ª prioridade de escolha: Bloco Parlamentar PSDB/PFL/PPS.

Escolha: Área Temática III - Integração Nacional e Meio Ambiente

5ª prioridade de escolha: PSDB.

Escolha: Área Temática VI - Fazenda, Desenvolvimento e Turismo

6ª prioridade de escolha: Bloco Parlamentar PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN.

Escolha: Área Temática IV - Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte

7ª prioridade de escolha: PT.

Escolha: Área Temática VII - Justiça e Defesa

8ª prioridade de escolha: Bloco Parlamentar PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB.

Escolha: Área Temática X - Trabalho, Previdência e Assistência Social

9ª prioridade de escolha: Bloco PSDB/PFL/PPS.

Escolha: Área Temática IX - Agricultura e Desenvolvimento Agrário

10ª prioridade de escolha: Bloco Parlamentar PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB.

Escolha: Área Temática VIII - Poderes do Estado e Representação

2) Designação dos coordenadores e Membros dos Comitês Permanentes, em cumprimento ao art. 19 da Resolução nº 1/2006-CN:

I. Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária;

II. Comitê de Avaliação da Receita;

III. Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com indícios de Irregularidades Graves;

IV. Comitê de Admissibilidade de Emendas.

Resultado:

Proporcionalidade quanto aos coordenadores:

Na representação da Câmara dos Deputados: 3 coordenadores, sendo:

2 Coordenadores do Bloco Parlamentar PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB; 1 coordenador do Bloco Parlamentar PSDB/PFL/PPS.

Na representação do Senado Federal: 1 coordenador pelo PMDB.

Proporcionalidade quanto aos membros:

Ficou decidido que cada comitê permanente terá 10 membros, sendo 7 Deputados e 3 Senadores.

Na representação da Câmara dos Deputados:

Bloco Parlamentar PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB: 4 membros;

Bloco Parlamentar PSDB/PFL/PPS: 2 membros;

Bloco Parlamentar PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN: 1 membro;

Na representação do Senado Federal.

PMDB: 1 membro;

PFL: 1 membro;

PSDB: 1 membro.

O Senador Augusto Botelho questionou a forma de interpretação do *caput* do art. 19 da Resolução nº 1/2006-CN.

3) Definição do Partido/Casa das seguintes relatorias:

Relator da Receita da Proposta Orçamentária para 2008: PMDB/Senado Federal;

Relator das Contas dos Poderes da República de 2006: PT/Câmara dos Deputados.

4) Definição dos dias e horários das reuniões deliberativas da Comissão.

Reunião do Colegiado de Líderes na CMO:

Será realizada às terças-feiras, às 16 horas, para apreciação prévia das matérias em pauta.

Presença da assessoria das Lideranças: 1 funcionário, por partido, de cada Casa.

Reunião Ordinária deliberativa:

Será realizada às quartas-feiras, às 14h30min. Havendo necessidade, serão realizadas também às quintas-feiras, às 10 horas.

Reunião de Audiência Pública/Audiência Pública Conjunta:



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Será realizada às quintas-feiras, às 10 horas.

5) Crachás de controle interno

Uso do crachá de identificação da CMO do ano passado terá validade até ser substituído pela identificação de 2007. Nas reuniões do Colegiado de Líderes, somente será autorizada a presença de 1 funcionário por partido, dentro de cada Casa.

Expediente.

I - Correspondência interna recebida:

1) Ofícios nºs 116 e 117, de 20 de março, do Líder do PT, Deputado Luiz Sérgio, indicando o Deputado Vignatti como Relator do Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2008/2011 e o Deputado Paulo Rubem Santiago como Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2008, respectivamente.

2) Ofício nº 126, de 21 de março, do Líder do PT, Deputado Luiz Sérgio, indicando o Deputado Paulo Pimenta como Relator das contas prestadas pelos Chefes do Poder Executivo que incluirão, além das suas próprias, as dos Presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Chefe do Ministério Público, de que trata o art. 56, *caput* da Lei Complementar nº 101, de 2000.

3) Ofício nº 60, de 19 de março, da Senadora Lúcia Vânia, que encaminha demonstrativos sobre o crescimento do trabalho infantil no País.

Expedientes com indicações para os cargos de Relatores Setoriais das áreas temáticas da Proposta Orçamentária para 2008:

1) Ofício nº 49, de 19 de março, da Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senadora Ideli Salvatti, indicando o Senador Sérgio Zambiasi;

2) Ofício nº 118, de 20 de março, do Líder do PT, Deputado Luiz Sérgio, indicando o Deputado Miguel Corrêa Júnior;

3) Ofício nº 120, de 20 de março, do Líder do PSB, Deputado Márcio França, indicando o Deputado Manoel França;

4) Ofício nº 142, de 20 de março, do Líder do PP, Deputado Mário Negromonte, indicando o Deputado João Leão;

5) Ofício nº 99, de 20 de março, do Líder do PFL, Deputado Onyx Lorenzoni, indicando o Deputado Carlos Melles;

6) Ofício nº 132, de 21 de março, do Líder do PMDB, Senador Valdir Raupp, indicando o Senador Leomar Quintanilha como Relator da Área Temática Infra-estrutura;

7) Ofício nº 34, de 21 de março, do Líder do PFL, Senador Agripino Maia, indicando o Senador Jaime Campos.

Expediente encaminhado pelo Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, informando o início do prazo para interposição de recurso, ao seguinte projeto de decreto legislativo:

Ofício nº 512, de 18/12/2006 - Projetos de Decreto Legislativo nº 21/2006-CN.

Expediente encaminhado pelo Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, informando o término do prazo para interposição de recurso, ao seguinte projeto de decreto legislativo:

Ofício nº 517, de 19/12/2006 - Projeto de Decreto Legislativo nº 20/2006-CN.

Expedientes com indicações para integrar o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão:

1) Ofício nº 304, de 15 de março, do Deputado Antonio Carlos Pannunzio, Líder do PSDB, indicando o Deputado Eduardo Gomes;

2) Ofício nº 97, de 19 de março, do Líder do PTB, Senador Eptácio Cafeteira, indicando o Senador Sérgio Zambiasi;

3) Ofício nº 204, de 19 de março, do Líder do PR, Deputado Luciano Castro, indicando o Deputado Wellington Roberto;

4) Ofício nº 44, de 19 de março, da Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senadora Ideli Salvatti, indicando o Senador Augusto Botelho;

5) Ofício nº 19, de 20 de março, do Líder do PDT, Senador Jefferson Péres, indicando o próprio nome;



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

6) Ofício nº 128, de 20 de março, do Líder do PMDB, Senador Valdir Raupp, indicando o Senador Wellington Salgado de Oliveira;

7) Ofício nº 43, de 20 de março, do Líder do PPS, Deputado Fernando Coruja, indicando o Deputado Humberto Souto;

8) Ofício nº 67, de 16 de março, do Líder do PDT, Deputado Miro Teixeira, indicando o Deputado Giovanni Queiroz;

9) Ofício nº 84, de 20 de março, do Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, indicando o Senador Sérgio Guerra;

10) Ofício nº 114, de 19 de março, do Líder do PSB, Deputado Márcio França, indicando o Deputado Manoel Júnior;

11) Ofício nº 24, de 20 de março, do Líder do PSB, Senador Renato Casagrande, indicando o Senador Antonio Carlos Valadares;

12) Ofício nº 102, de 20 de março, do Líder do PTB, Deputado Jovair Arantes, indicando o Deputado Pedro Fernandes;

13) Ofício nº 141, de 20 de março, do Líder do PP, Deputado Mário Negromonte, indicando o Deputado Ricardo Barros;

14) Ofício nº 32, de 20 de março, do Líder do PR, Senador João Ribeiro, indicando o próprio nome;

15) Ofício nº 122, de 20 de março, do Líder do PT, Deputado Luiz Sérgio, indicando o Deputado Devanir Ribeiro;

16) Ofício nº 34, de 21 de março, do Líder do PFL, Senador Agripino Maia, indicando o Senador Efraim Moraes.

Expediente com indicação para integrar o Comitê Permanente de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária:

1) Ofício nº 97, de 15 de março, do Líder do PTB, Deputado Jovair Arantes, indicando o Deputado Pedro Fernandes;

2) Ofício nº 100, de 20 de março, do Líder do PFL, Deputado Onyx Lorenzoni, indicando o Deputado Mussa Demes;

3) Ofício nº 128, de 21 de março, do Líder do PT, Deputado Luiz Sérgio, indicando o Deputado Fernando Ferro;

4) Ofício nº 147, de 21 de março, do Líder do PP, Deputado Mário Negromonte, indicando o Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

Expediente com indicação para integrar o Comitê Permanente de Admissibilidade de Emendas:

1) Ofício nº 96, de 15 de março, do Líder do PTB, Deputado Jovair Arantes, indicando o Deputado Alex Canziani.

2) Ofício nº 103, de 20 de março, do Líder do PFL, Deputado Onyx Lorenzoni, indicando o Deputado Gervásio Silva;

3) Ofício nº 129, de 21 de março, do Líder do PT, Deputado Luiz Sérgio, indicando o Deputado Zé Geraldo;

4) Ofício nº 131, de 21 de março, do Líder do PMDB, Senador Valdir Raupp, indicando o Senador Wellington Salgado;

5) Ofício nº 147, de 21 de março, do Líder do PP, Deputado Mário Negromonte, indicando o Deputado Nelson Meurer.

Expediente com indicação para integrar o Comitê Permanente de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves:

1) Ofício nº 102, de 20 de março, do Líder do PFL, Deputado Onyx Lorenzoni, indicando o Deputado Claudio Cajado;

2) Ofício nº 123, de 20 de março, do Líder do PT, Deputado Luiz Sérgio, indicando o Deputado Eduardo Valverde;

3) Ofício nº 147, de 21 de março, do Líder do PP, Deputado Mário Negromonte, indicando o Deputado Ricardo Barros.

Expediente com indicação para integrar o Comitê Permanente de Avaliação da Receita:

1) Ofício nº 101, de 20 de março, do Líder do PFL, Deputado Onyx Lorenzoni, indicando o Deputado Luiz Carreira;

2) Ofício nº 130, de 21 de março, do Líder do PMDB, Senador Valdir Raupp, indicando o Senador Francisco Dornelles;



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

- 3) Ofício nº 127, de 21 de março, do Líder do PT, Deputado Luiz Sérgio, indicando o Deputado Devanir Ribeiro;
- 4) Ofício nº 147, de 21 de março, do Líder do PP, Deputado Mário Negromonte, indicando o Deputado João

Leão.

Correspondência Externa Recebida:

1) Ofício nº 1.617 de 14 de dezembro, da Câmara Municipal de Manaus/AM, solicitando empenho desta Comissão para promover o descontingenciamento dos recursos de receita própria da SUFRAMA, com vistas a investimentos na Região Norte;

2) Ofício nº 19.552 de 6 de dezembro, do Ministério da Justiça, solicitando informações sobre autoria de emendas parlamentares que proporcionaram liberação de verbas aos convênios firmados com as entidades Alternativa Social e Abrigo Cristo Redentor;

3) Comunicação de 9/1/2007, da Secretaria de Controle Externo no Maranhão, encaminhando cópia do Acórdão nº 2.208/2006;

4) Ofício nº 001, de 5 de janeiro de 2007, do Ministério do Turismo, solicitando retificação de ação constante do Orçamento de 2007;

5) Ofício nº 132, de 12 de dezembro de 2006, do Conselho Estadual de Saúde do Estado do Pará, expediente recebido em janeiro de 2007, solicitando providências para o término da construção do Hospital da Rede Sarah no Município de Belém/PA;

6) Ofício nº 13.036, de 21 de setembro de 2006, do Conselho da Justiça Federal, encaminhando quadros referentes a obras da Justiça Federal;

7) Ofício nº 153, de 16 de março, do Ministério da Defesa, solicitando retificação de programação orçamentária na LOA/2007;

8) Aviso nº 240-GP/TCU, de 13 de março, encaminhando cópia do Acórdão nº 130/2007-TCU, que trata de Relatório de Auditoria no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte — DNIT.

Expedientes encaminhando Relatórios de Gestão Fiscal:

Tribunais Regionais Eleitorais dos seguintes Estados: Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins;

Tribunais Regionais do Trabalho das seguintes Regiões: 2ª, 3ª, 5ª, 8ª, 9ª, 11ª, 13ª, 15ª, 18ª, 19ª, 20ª, 21ª e 24ª;

Tribunal Superior Eleitoral;

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios;

Superior Tribunal de Justiça;

Tribunal Superior do Trabalho.

Expedientes encaminhando Relação de Precatórios, nos termos do art. 27 da LDO/2007:

Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Avisos Encaminhados pelo Tribunal de Contas da União:

Avisos-SESES encaminhados pelo Presidente do TCU, Ministro Walton Alencar Rodrigues:

Avisos de 24 de janeiro de 2007:

1) Aviso nº 10/2007 (Acórdão nº 19/2007);

2) Aviso nº 18/2007 (Acórdão nº 20/2007).

Avisos de 31 de janeiro de 2007:

1) Aviso nº 24/2007 (Acórdão nº 36/2007);

2) Aviso nº 34/2007 (Acórdão nº 49/2007);

3) Aviso nº 57/2007 (Acórdão nº 54/2007).

Avisos de 7 de fevereiro de 2007:

1) Aviso nº 74/2007 (Acórdão nº 85/2007);

2) Aviso nº 87/2007 (Acórdão nº 82/2007);

3) Aviso nº 88/2007 (Acórdão nº 98/2007);

4) Aviso nº 90/2007 (Acórdão nº 104/2007).

Avisos de 14 de fevereiro de 2007:



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

- 1) Aviso nº 98/2007 (Acórdão nº 140/2007);
- 2) Aviso nº 125/2007 (Acórdão nº 146/2007).

Avisos de 28 de fevereiro de 2007:

- 1) Aviso nº 145/2007 (Acórdão nº 215/2007);
- 2) Aviso nº 165/2007 (Acórdão nº 199/2007);
- 3) Aviso nº 173/2007 (Acórdão nº 220/2007);
- 4) Aviso nº 174/2007 (Acórdão nº 222/2007);
- 5) Aviso nº 192/2007 (Acórdão nº 245/2007).

Avisos de 7 de março de 2007:

- 1) Aviso nº 205/2007 (Acórdão nº 287/2007);
- 2) Aviso nº 223/2007 (Acórdão nº 297/2007).

Avisos de 14 de março de 2007:

- 1) Aviso nº 254/2007 (Acórdão nº 346/2007);
- 2) Aviso nº 255/2007 (Acórdão nº 357/2007);
- 3) Aviso nº 269/2007 (Acórdão nº 352/2007).

Avisos de 19 de março de 2007:

- 1) Aviso nº 277/2007 (Acórdão nº 284/2007).

Avisos/SESES do Tribunal de Contas da União encaminhados à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal para autuação e posterior encaminhamento à Comissão na forma de AVN (Aviso do Congresso Nacional):

- 1) Aviso nº 56/2007, de 31/01/2007 (Acórdão nº 53/2007);
- 2) Aviso nº 89/2007 (Acórdão nº 103/2007);
- 3) Aviso nº 273/2007, de 14/03/2007 (Acórdão nº 354/2007): obras de construção de Trechos Rodoviários na BR-319, no Estado do Amazonas, trecho Manaus-Divisa AM/RO.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. Há uma sessão do Congresso Nacional convocada para as 11h, com a finalidade de leitura dos vetos. Consulto o Presidente sobre se prosseguiremos com a sessão ou se iremos ao plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Em rigor, não poderíamos prosseguir. Aqui há um alarme que marca o início da votação. Podemos ficar até o início da votação. *(Pausa.)*

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, a sessão do Congresso não é deliberativa. É apenas para a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Poderemos prosseguir com a sessão, para evitar o acúmulo de matéria, evidentemente se todos concordarem.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Sr. Presidente, há um erro. Na pauta consta a apreciação dos vetos.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - É só leitura. A apreciação deve ser feita na terça-feira.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, antes que se encerre a sessão. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Concedo a palavra ao Senador Antônio Carlos Valadares.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, atrevo-me a apresentar uma questão de ordem sobre a composição dos comitês porque conheço o procedimento e o passado de V.Exa., sempre lastreados no comportamento democrático, conciliador e acima de tudo justo. Por essa razão, com base no art. 403 do Regimento Interno do Senado Federal, apresento esta questão de ordem, mas preliminarmente destaco o seguinte: estamos vivendo uma nova etapa desta Comissão. Há uma expectativa muito favorável à nova formulação desta Comissão. Sua redução não significa limitação das atividades dos mais diferentes partidos que a compõem, haja vista que a Resolução nº 1, de 2006-CN com base na minha interpretação e na de assessores do Senado Federal, estabelece que o conjunto dos membros dos comitês — ou seja, dos 4 comitês que vão comandar várias atividades desta Comissão — dará a base de cálculo para a composição dos comitês. Em vez de o cálculo ser feito individualmente, sobre cada comitê, deverá ser feito no conjunto.

Temos 40 membros nesta Comissão. Não podemos fazer o cálculo individualmente, de forma separada: um cálculo com base no comitê A, 10 membros; no comitê B, 10 membros, e seguir calculando a proporcionalidade de forma



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

isolada. Assim os partidos menores ou minoritários nesta Casa serão prejudicados. É esse o espírito da composição nova, da forma como foi constituída esta Comissão.

Tenho o maior respeito por V.Exa. e por todos aqueles que foram indicados como coordenadores e membros dos comitês. Nada tenho contra eles. Pelo contrário, aplaudo a indicação de todos eles. Mas quero que haja uma extensão, que se guarde pelo menos uma vaga para os partidos que não compõem esses comitês. Veja V.Exa., Sr. Presidente, há o Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle de Execução, o Comitê de Avaliação da Receita, o Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Índícios de Irregularidades e o Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas. Por que não participar o PT, ou um dos partidos que compõem o colegiado do bloco, impedidos de participar — entre os da base do Governo, só o PMDB participa —, haja vista que os outros partidos do bloco também têm interesse de integrar esses comitês, para dar maior transparência, agilidade e funcionalidade a esta Comissão?

Portanto, Sr. Presidente, ao concluir minha questão de ordem, que vou encaminhar a V.Exa. — dispense-me de fazer a leitura, porque acho que a argumentação está muito clara —, só vejo uma possibilidade, aquela que tão veementemente repudiamos. Qual é? É sabido que a norma legal não contém expressões desnecessárias. Ora, se retirarmos a expressão *“a designação do conjunto”*, qual seria a interpretação daqueles que defendem o cálculo de comitê a comitê? Só há uma possível, aquela que tão veementemente repudiamos. Portanto, a inserção da expressão *“do conjunto”* deve fazer alguma diferença. E faz muita diferença: faz com que o cálculo deva ser feito da maneira que expusemos, de forma global. A interpretação merece então contradita, pois foi de encontro aos que inspiraram a nova resolução de privilegiar a participação o mais igualitária possível de todos os membros da Comissão.

Lembro que estão em andamento trabalhos técnicos que visam dar cumprimento ao disposto no art. 159, da Resolução nº 1/06-CN, adequando o funcionamento desta Comissão às normas da nova resolução, qual seja, o Regimento Interno. Então, a decisão de V.Exa. é da mais alta importância. Tenho certeza de que refletindo, como refletiu de ontem para hoje, e consultando as diversas lideranças que compõem esta Comissão, V.Exa. haverá de tomar uma decisão justa e equidista.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Sr. Presidente, antes que V.Exa. decida sobre a questão de ordem, eu quero contraditar o que disse o Senador Antônio Carlos Valadares. Ele fala em nome da Minoria dentro da Maioria. Eu falo também em nome da Minoria, o que de fato somos nesta Casa.

Entendo, Sr. Presidente, que os Comitês sejam autônomos. Não há interdependência entre eles. Portanto, eles não podem ser tratados em conjunto, e sim isoladamente, no que se refere à proporcionalidade, para efeito de designação dos coordenadores e membros.

Se fôssemos tratar os comitês em conjunto, isso remeteria à idéia de também tratar as Relatorias das peças orçamentárias em conjunto, como LOA, LDO, PPA, Relatoria de Receita, Relatorias Setoriais. E aí eu vou começar a gostar dessa história, porque na divisão começará a ficar melhor para a Minoria.

Concordo com o que está exposto, a interpretação está correta, e faço esta observação com todo respeito à posição do Senador Antônio Carlos Valadares.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, sugiro que se coloque o assunto em votação.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - A decisão das questões de ordem é monocrática, é da Mesa, do Presidente, mas eu recebo a questão de ordem levantada pelo Senador Antônio Carlos Valadares e oportunamente decidirei.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, pela ordem. Tendo em vista que esses Comitês têm de funcionar, gostaria que com a maior brevidade possível, ou na próxima reunião, V.Exa. trouxesse uma decisão. Eu acatarei a decisão de V.Exa. de forma democrática e com respeito.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Agradeço a ponderação. Certamente até a próxima reunião essa matéria estará resolvida.

Na Ordem do Dia temos a apreciação do Requerimento nº 01/2007-CMO, que *“Requer a realização de audiência pública para discutir a constitucionalidade das medidas provisórias de créditos extraordinários.”* O autor é o Deputado Ricardo Barros, que está ausente. O requerimento não será votado por ausência do autor. Na próxima pauta ele vai ser reinserido.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, eu só quero comunicar que vou apresentar um requerimento mais ou menos nesses termos, mas explicitando essa questão. Nele pedirei o comparecimento a esta Casa dos Ministros Paulo Bernardo, do Planejamento, e Dilma Rousseff, da Casa Civil, para prestar esclarecimentos acerca da constitucionalidade das medidas provisórias de créditos extraordinários. É mais ou menos nessa linha, mas explicitando quem deveria responder, por parte do Governo, a essas indagações de constitucionalidade da forma de envio dos créditos para o Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - V.Exa. pode apresentar à Mesa o requerimento.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Conforme aprovado ontem, na reunião com Lideranças, vamos ter a próxima reunião na quarta-feira, às 14h30.

Está encerrada a presente reunião.